

Escrito por {ga=redacao}
Terça, 20 Outubro 2015 07:45 -

Excelência, Gostaria primeiro endereçar as minhas saudações e reiterar os votos de bom trabalho e gozo de uma boa saúde. Sinceras desculpas por não poder respeitar todas as formalidades necessárias ao me dirigir-se a Sua Excelência por meio desta opinião. Trata-se de uma reflexão sobre o sector da educação, o motor para o alcance do desenvolvimento, pois nada pode passar alheio a ele, sendo aqui onde os princípios do conhecimento, sabedoria, bem-estar, saber viver, saber expressar-se, etc. são construídos.

O que me leva a escrever a Sua excelência é simplesmente o peso que tive na minha consciência depois duma leitura não minuciosa do Guião do Professor (vulgarmente conhecido por Agenda do Professor), pois este instrumento possui informações que, segundo o meu ponto de vista, merecem uma reflexão, dado que é palavra do dia falar-se do ensino sem qualidade. Estou perplexo pelo grau de erros ortográficos e até de “falsas” informações constantes neste guião.

Passo a fazer menção do que eu pude detectar quando estava a fazer uma leitura rápida.

Na página 5 (mensagem do ministro ao estimado professor), no segundo parágrafo temos “sus” ao invés de seus, depois termina por “na sua profissão de profissão de professor e educador”, confesso que não entendi o significado desta informação. No quinto parágrafo temos “sabers” onde suponho que queria dizer saberes. No parágrafo seguinte somos brindados COM “ignirância”, cuja palavra certa é ignorância, e este parágrafo ainda termina por “Páis”, onde através da informação que antecede nos faz crer que queria dizer País. Sem perca de tempo, a uma frase inteira é retirado o seu sentido por uma palavra, “Esperamos que este Guião constitua uma mais-valia no sua actividade do dia-a-dia”; e enfim, no último parágrafo temos “competencias”, o que me levou a fazer a seguinte reflexão: vamos mesmo construir competências com documentos elaborados a nível central desta forma? Quiçá?

Depois pensei que era apenas esta página com estes problemas. Admiti dentro de mim que era possível cometerem-se falhas de escrita (ortográficos), mas desmenti a mesma suposição, quando me lembrei dos revisores, cuja tarefa é meramente fazer uma vista grossa sobre a informação em sua posse, cabendo a eles aprovar ou reprovar com vista a garantir maior segurança e qualidade no que se pretende difundir. Quando continuei a ler, começou outra confusão. As questões políticas (se me permitem) levaram a algumas mudanças no seio de alguns países, não no caso de Moçambique, e olhando para o continente africano, encontramos países que mudaram de capital, e sendo o Guião do Professor como se diz, deveria ser um instrumento chave no trabalho docente, proporcionando informações claras e

Escrito por {ga=redacao}
Terça, 20 Outubro 2015 07:45 -

certas, do que contradições que encontrei no aporte das informações. Hora vejamos: na página 14 à 15, temos bandeiras de África com um pequeno texto explicativo, nome do país, capital, população, etc. No entanto, a Tanzânia continua com Dar-Es-Salam ao invés de Dodoma, a Costa do Marfim nesta página tem como capital Yamoussoukro (certo) e na página 19 a sua capital é Abidjan. São Tomé e Príncipe aparece na página 14 e na página 19 já não faz parte dos países africanos. Que mistério! Desculpa, não é mistério, é uso de fontes desactualizadas, pois na página 15 a fonte mais recente aí citada é de 2004, a mesma da página 19. Na página 18, temos informações sobre áreas em risco de desertificação com fonte: LEMOS, Jorge. Geografia, 9º ano. Lisboa, Didáctica editora, 2002: 270, levando-me ao seguinte questionamento, dado que o clima deste ano de 2002 mudou bastante e nos últimos anos tem-se registado elevadas temperaturas, aumento dos níveis das águas do mar, entre outros factores que poderia citar como exemplo: será que o mapa das áreas em risco de desertificação apresentado nesta página ainda possui informações úteis no ponto de vista da sua actualidade tendo em conta que passou mais de uma década? Isso não é conduzir o professor à mentira, ao erro, à falsidade, à perda de credibilidade perante os alunos? Assim não se estaria a contribuir para a crescente perda de qualidade de ensino de que tanto se fala? Quiçá!

Na página 25 persiste o problema de escrita e depois diz-se que os alunos não sabem ler e escrever, o que me faz lembrar do ditado “tal pai, tal filho”. É “tal pai, tal filho” mesmo.

No artigo 1, temos “sistima”, onde deveria ser sistema. Posso dizer que não é grave falha, pois é, não, não é pequena, porque na página 28 temos “SECÇÂO”. Na verdade é secção. Da página 29 à 30, temos o seguinte problema: “Artigos 27, Artigos 28, Artigos 29, até artigos 32”. Na seguinte página, verifica-se “Capítulo VII e Capítulo VIII”.

No ensino primário tive professores que sempre me recomendaram a leitura como a melhor forma de aprender a ler e escrever. Na página 37 encontrei informações sobre as taxas de prevalência do VIH com dados referentes a 2007; porém, estamos em 2015. Será que se pode considerar relevante esta informação tendo em conta o ano ultrapassado a que se refere? Senhor ministro, podemos dizer que este é um Guião de verdade? Será que o Ministério da Saúde não tem dados actualizados sobre esta matéria?

Na página 40 temos alguma coisa como “Conceito Género e Sexo”. Se a questão é conceituar o género e sexo, não seria conveniente escrever a frase desta forma: Conceito de Género e Sexo? Aliás, encontrámos isto escrito da mesma maneira, desde 2011 e foi copiado para Guião do Professor de 2015.

Escrito por {ga=redacao}
Terça, 20 Outubro 2015 07:45 -

A seguir às confusões que descrevi acima, começo por questionar alguns factos. Este Guião do Professor é mesmo de 2015, enquanto a mensagem que nele consta tem a assinatura de ministro cessante (Augusto Jone)? Se o instrumento foi realmente elaborado no fim do ano passado porque é que até Outubro corrente ainda há distrito sem Guião do Professor? Não seria explicável tal demora se tivesse informações deste ano, que dizem respeito a Moçambique? Faço tanto questionamento porque na página 54 temos como órgãos de soberania do Estado, nomeadamente:

1. Presidente da República: Armando Emílio Guebuza.

2. Tribunal Supremo: Juiz Presidente Ozias Pondja. Lembrar que este senhor foi substituído por Adelino Muchanga a 9 de Junho de 2014.

Vice-Presidente: Luís Filipe Sacramento, o qual já desocupa este lugar, estando neste momento o senhor João Beirão.

E se Verónica Macamo não tivesse continuado como presidente da Assembleia da República, também estaríamos no mesmo erro.

Qual é a educação que queremos para o povo moçambicano? Segundo José Arthur Giannotti, “o importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação, com gente capaz de pensar”. Desta forma penso que o nosso sector anda mal para garantir uma formação de gente capaz de contribuir para uma educação com qualidade.

Queria dizer que quem critica deve sugerir uma possibilidade de ultrapassar o problema, então cabe ao receptor escolher entre melhorar ou manter-se na mesma linha. Este Guião apresenta o Plano Estratégico da Educação (2012-2016), onde me parece ser muito útil se aplicado em pelo menos 85%. Entretanto, na página 72, no ponto 2 sobre os critérios de classificação diz-se o seguinte: “para cada avaliação, para além da classificação, o professor deve registar no livro de notas do professor as dificuldades do aluno e a sua evolução”. Pois bem, esta é uma verdadeira avaliação que se deveria fazer ao aluno, dado que não se pode avaliar apenas a informação retida na cabeça, mas avaliar de modo global, isto é, avaliar desde a forma de

Escrito por {ga=redacao}
Terça, 20 Outubro 2015 07:45 -

vestir, andar, conversar, relacionar, postura, ética, etc., o que irá garantir a formação de um cidadão. Como fazer este registo numa turma que tenha mais de 60 alunos? Pode ser, mas para mim é árduo.

Na Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009-2015, na página 81, uma das acções estratégicas era de, cito, “Aumentar o ano escolar em uma semana anualmente até atingir as 39/40 semanas de aulas por ano”, findo o período encontramos a resposta de que não foi possível cumprir este desiderato. Na página 107 (Ensino Primário, 38 semanas lectivas) e 108 (Ensino Secundário Geral 38 semanas lectivas). O que falhou ou faltou para pôr em prática esta estratégia?

E, já na página 82, na última tabela, temos “formar professores bi e polivalentes”, embora sem especificação para que ensino (primário ou secundário) estou em dúvidas que isso aconteceu. E se aconteceu estes professores estão a aplicar esta equivalência, ou ainda deve ser um daqueles cursos de, por exemplo, formação em Geografia com habilidades em Turismo...!

O Guião do Professor apresenta uma estratégia do ensino primário, secundário geral e de alfabetização, mas não possui nenhuma estratégia para o ensino técnico. Tenho observado que o ensino técnico no nosso país tem sido “meio esquecido”, mas deveríamos lembrar da sua contribuição na formação de mão-de-obra qualificada para responder às necessidades e os anseios da sociedade. A formação profissional seria uma via na qual o governo deveria apostar para acabar com os problemas de tipo: eu fiz a 12ª classe e não tenho emprego, aliás, quem tem a formação técnica possui a mãozinha talentosa (ele sabe fazer, tem profissão), embora não queira com isso dizer que o ensino secundário geral não tenha valor.

Os erros que citei não são todos, ainda há mais como os das páginas 91 e 98. Excelência, não se pode tolerar que este tipo de erros e problemas que reporte aconteçam, porque acelera a descredibilização que a educação tem nos últimos anos. A educação deve ser a primeira instituição que deve manter a confiança, a certeza, a firmeza e a garantia no fornecimento de informações verídicas para que amanhã os outros sectores não sintam as consequências de uma má formação.

É vergonhoso exigirmos que um aluno da 1ª classe saiba ler e escrever de melhor maneira se até os que fizeram um nível superior têm lacunas. Existem, de facto, muitos problemas ligados à leitura e escrita, porém as pessoas que sabem ler e escrever deveriam dar bons exemplos.

Escrito por {ga=redacao}
Terça, 20 Outubro 2015 07:45 -

O grupo que elabora o Guião do Professor tem excessiva obsessão pelo “copy-past”, daí que torna este instrumento desinteressante. Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Ministro por ter dedicado o seu tempo à leitura desta opinião.

Por Mathusso Jucuiana